



O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo

Tiago Soares Nogara¹

Thiago Prestes de Oliveira²

Resumo

O artigo elenca os principais elementos responsáveis pela conformação do fenômeno chavista, analisando os desdobramentos políticos das reformas implantadas nos primeiros anos do governo de Hugo Chávez. Em um primeiro momento, apresentamos uma síntese da história venezuelana, indicando alguns de seus acontecimentos políticos capitais. Numa segunda parte, discutimos o conceito e a aplicação do neoliberalismo, abordando suas principais variações, inclusive a venezuelana. Dando corpo à análise, reconstituímos as raízes históricas do MBR-200, relacionando-as com a conjuntura de hegemonia do neoliberalismo e analisando seus posicionamentos frente a esse contexto. Por fim, em uma atenta retrospectiva dos primeiros anos dos governos chavistas, identificamos os impasses surgidos a partir das reformas implantadas, responsáveis, na nossa visão, por alterar qualitativamente os rumos das contradições imersas na sociedade venezuelana.

Palavras-chaves: Venezuela, Chavismo, MBR-200, Neoliberalismo, Chávez.

El MBR-200 y el confronto prolongado al neoliberalismo

Resumen

El artículo señala los principales elementos responsables por la conformación del fenómeno del chavismo, analizando las consecuencias políticas de las reformas desarrolladas en los primeros años del gobierno de Hugo Chávez. Al principio, presentamos una síntesis de la historia venezolana, indicando algunos de sus acontecimientos políticos capitales. En una segunda parte, discutimos el concepto y la aplicación del neoliberalismo, abordando sus principales variaciones, incluso la venezolana. Dando sustancia al análisis, reconstruimos las raíces históricas del MBR-200, relacionando estas con la coyuntura de hegemonía del neoliberalismo y analizando sus posiciones frente a este contexto. Al final, en una cuidadosa retrospectiva de los primeros años de los gobiernos chavista, identificamos los impases derivados de las reformas implantadas, responsables, en nuestra opinión, por la alteración cualitativa de los rumbos de las contradicciones existentes en la sociedad venezolana.

Palabras-Claves: Venezuela, Chavismo, MBR-200, Neoliberalismo, Chávez.

The MBR-200 and the prolonged confrontation with neoliberalism

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi diretor de relações institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE) e lecionou no Curso Popular Carlos Marighella, em Sapucaia do Sul/RS. É militante da Organização A Marighella. Endereço eletrônico: tiagosnogara@gmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço eletrônico: thiago.prestes13@gmail.com

Summary

The article lists the main elements responsible for shaping the Chavism phenomenon, analyzing the political ramifications of the reforms implemented in the early years of Hugo Chávez's government. At the outset, we present a brief synthesis of Venezuelan history, indicating some of its key political events. In a second part, we discuss the concept and application of the neoliberalism, addressing its main variations, including the Venezuelan. Giving substance to the analysis, we reconstruct the historical roots of the MBR-200, relating them to the hegemonic conjuncture of neoliberalism and analyzing its positions in front of this context. Lastly, in an attentive retrospective of the early years of the Chavist governments, we identified the impasses emerged from the implanted reforms, responsible, in our opinion, for qualitatively altering the direction of the contradictions immersed in Venezuelan society.

Keywords: Venezuela, Chavism, MBR-200, Neoliberalism, Chávez.

1. A “Tierra de Gracia”: de Colombo ao Caracazo

No dia 1º de agosto de 1498, avistando o espaço então conhecido pelos indígenas como “Macuro” (hoje Puerto Colón), no Golfo de Paria, Cristóvão Colombo, em sua terceira expedição às Américas, chegava ao território hoje pertencente à República Bolivariana da Venezuela. A beleza do lugar fez com que o almirante o alcunhasse “Tierra de Gracia”, ou “paraíso terrenal”, denominações que marcaram este primeiro contato dos povos europeus para com o novo território. Em que pesem os infortúnios ocorridos com Colombo quando da sua chegada à La Española (acabou prisioneiro devido a acusações contra si e sua família), a repercussão da descoberta da “Tierra de Gracia” causou alvoroço no velho mundo, suscitando de imediato a audácia de experientes navegantes, dispostos a organizar novas expedições em nome dos reis espanhóis (DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010).

Nos anos seguintes à chegada de Colombo, se realizaram pequenas expedições ao “paraíso terrenal”, tendo como centro de suas atividades a busca por riquezas de ganho imediato, positivas aos espanhóis no que se refere enriquecimento pela posse de ouro e pérolas arrebatadas dos habitantes nativos do novo território. Para além dos mecanismos de enriquecimento real e pessoal, essas pequenas viagens (dirigidas por aventureiros como Alonso de Ojeda, Pedro Alonso Niño e Vicente Yáñez Pinzón) fizeram-se importantes na medida em que permitiram à coroa espanhola reivindicar como seus os novos territórios. (DOMÍNGUEZ; FRANCESCHI, 2010)

Num primeiro momento, a colonização da área hoje pertencente à Venezuela não foi tida como prioridade para os espanhóis (sem ouro, prata ou grande população para abastecer as necessidades de força de trabalho), tendo status secundário diante dos enormes ganhos ma-

teriais gerados por outros grandes empreendimentos então em voga no mundo colonial. Nesse primeiro momento, um grande contingente da população local e de seus recursos foi dizimado, favorecendo o surgimento de núcleos hispânicos de povoamento, centrados na pecuária e nos “conucos”. Em 1567 foi fundada Caracas, que logo se tornaria capital da Província da Venezuela. A ausência de centralização, gerada pela importância periférica da região, facilitou o prolongamento da resistência por parte de guerrilhas defensivas dos povos indígenas, gerando ataques constantes aos focos de colonização hispânicos e às suas rotas comerciais. Paralelamente, o débil crescimento econômico fez-se sentir, com a agricultura de subsistência, a pecuária e alguns poucos produtos de exportação (gado, couro, índigo e tabaco) aparecendo como a base das atividades locais. (MAYA, 2006).

A ascensão da produção e comercialização do cacau, no século XVIII, favoreceu a hierarquização e centralização no interior do território, conjuntamente à execução das Reformas Bourbonicas, que buscavam restabelecer com força o domínio espanhol em suas colônias americanas (BRADING, 1997). Curiosamente, as reformas se deram em um momento de inflexão na hierarquia interna das regiões do império, com a Venezuela e a região da Bacia do Prata ganhando maior protagonismo político e econômico, fruto, dentre outros acontecimentos, da preponderância do “atlantismo” - num contexto de independência dos Estados Unidos da América, Revolução Francesa e Revolução Industrial – e recrudescimento do comércio legal e ilegal via portos destas zonas, até então renegadas a um segundo plano.

O fortalecimento dos cacauicultores – aproveitando-se de força de trabalho escrava, provinda de Angola, Dahomey, Zaire, Guiné, Mali, Costa do Marfim, Sudão, Serra Leoa e Togo – e o contexto de reformas bourbônicas, revoluções atlânticas e, posteriormente, das guerras napoleônicas, desembocaria nas contradições que levaram às independências das zonas então pertencentes aos domínios espanhóis. A hegemonia do Cacau conseguira aumentar a centralização em Caracas - detentora da administração fiscal desde 1776, fundando a Capitania Geral da Venezuela em 1777 (controle político-militar) e consolidando sua ascendência sobre as questões judiciais e comerciais ao tornar-se sede de audiência e de consulado, em 1780 -, além de garantir excedentes econômicos às elites locais, não mais dependentes da intermediação e importação via Espanha, passando a importar bens suntuários de outros grandes centros, industrialmente mais avançados, dando margem aos conflitos com a metrópole europeia. (WASSERMAN, 1996; MAYA, 2006)

Especificamente na Capitania Geral da Venezuela, o levante dirigido por José Caridad Gonzáles (negro liberto) no Porto de Coro, em 1795, pode ser apontado como precursor dos posteriores movimentos de independência da região, apesar de ter sido contido pelas elites

locais e, erroneamente, ser desdenhado como mera revolta de recorte étnico, ignorando seu conteúdo político independentista. Após sucessivas conspirações e princípios de conflitos com caráter independentistas, com atenção especial aos confrontos ocorridos entre 1810-1816 (com idas e vindas do poder político, ora em mãos dos realistas, ora dos independentistas), chegou o momento de conformação de uma frente política capaz de desarraigar do poder os metropolitanos, já num contexto de “emancipação conservadora”, onde o cuidado com as “clases peligrosas” e a perda do caráter continental da independência surgiam como marcar indelévels do processo (WASSERMAN, 1996). A independência em 1821, seguida da união em formato de “República da Grande Colômbia”, em 1824, acabaram por gerar um rompimento do pacto entre as elites, em 1830, com a separação dos territórios e, enfim, com a afirmação da República da Venezuela.

O pós-independência assinalou o surgimento de um novo conjunto de contradições, dando lugar a novos embates políticos e a um progressivo rearranjo das forças políticas protagonistas do movimento independentista. O século XIX foi marcado por um tom de acirrada disputa pela condução dos rumos e construção do conteúdo do projeto nacional a ser construído na república independente. Caudilhos regionais, valendo-se de seus artifícios militares (meio eficaz para reprimir as constantes revoltas camponesas), travaram feroz disputa pelo poder do Estado, enfraquecendo proprietários e burocratas ligados à exportação (o cacau havia cedido sua hegemonia ao café, devido ao menor custo e menor utilização de força de trabalho por este segundo). A vitória da “Federação” (pró-centralização) na Guerra Federal (1859-1863) configurou um momento de inflexão nos rumos da nascente república. Com Guzmán Blanco a frente do Estado, a centralização administrativa, as garantias de concessões e monopólios para dirigentes regionais, o sufrágio indireto (facilitando mecanismo de controle regional) e outras reformas foram essenciais para remodelar Caracas e a república venezuelana, atraindo capital estrangeiro. (MAYA, 2006)

Os andinos da região de Táchira, dirigidos por Cipriano Castro, acabaram por tomar Caracas em 1899, dando início a um novo período na história venezuelana, com o período de 1899 (tomada de Caracas por Castro) até o golpe civil-militar sobre Isaías Medina Angarita (1945) sendo marcado pela hegemonia dos andinos, promovendo o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no país. A descoberta de Petróleo em Cabimas pela Royal Dutch Shell, em 1922, contribuiu, em grande parte, a esse processo modernizador, fazendo da Venezuela a maior exportadora de petróleo mundo, e segundo maior produtor (atrás apenas dos EUA), em 1928, mantendo essa liderança até os anos 1970, quando é superada por países árabes (MAYA, 2006). Essa conformação de um “Estado petrolífero” diluiu a relação proprie-

tários-peões (típica do modelo agropecuário-exportador), fazendo ascender relações de produção tipicamente capitalistas, ainda mais disseminadas com o enfraquecimento das exportações agrícolas durante a Grande Depressão. O crescimento do êxodo rural, das populações urbanas e a consolidação de uma burguesia basicamente comercial (com grande capacidade de acumulação, via intensificação do comércio importador, crédito estatal e da especulação), são traços característicos do desenvolvimento do capitalismo na Venezuela.

O avanço da locomotiva sem freios das relações de produção capitalistas no interior da república venezuelana se deu conjuntamente ao recrudescimento das lutas urbanas e das contradições no seio do bloco dirigente do Estado. A centralização foi consolidada nos governos de Castro (1899-1907) e Gómez (1907-1935), submetendo os poderes regionais e fortalecendo os militares. As intervenções estatais no setor petrolífero tornaram-se veementes, com a futura Lei de Hidrocarbonetos (1943) fornecendo o reconhecimento da soberania do Estado nacional pelas companhias de petróleo. As lutas populares urbanas são revigoradas com a morte de Gómez, em 1935, com um amplo movimento de massas indo às ruas bradando contra a ditadura. A transição política de 1935-1958 experimentou distintos modelos de direção política, passando por ditaduras moderadas dos andinos (López Contreras, 1935-1941, e Isaías Medina Angarita, 1941-1945), uma ditadura plena (Marcos Pérez Jiménez, 1952-1958), uma experiência de democracia revolucionária, conhecida como “triênio adeco” (1945-1948) e por variantes autoritárias (1948-1952). Ao longo desse período de transição política, foram operadas mudanças essenciais para a compreensão dos futuros rumos venezuelanos: a substituição das elites andinas por novas elites urbanas (nascidas a partir das transformações da economia do petróleo), a afirmação do sufrágio universal, o protagonismo da Ação Democrática (AD)³ na cena política (governou o país entre 1945-1948), a implantação de um processo de industrialização via substituição de importações e a consolidação de ideais nacionalistas, com a participação dos venezuelanos na defesa de suas riquezas naturais e no fortalecimento do exército no centro de suas ambições (MAYA, 2006).

O chamado “Pacto de Punto Fijo”, precursor da histórica credencial de instituições democráticas venezuelanas, foi engendrado através de, principalmente, dois processos: (1) alianças entre diversos setores políticos – Betancourt, da Acción Democrática, dirigiu acordos

³ A Acción Democrática (AD) foi fundada em 1941, preconizando um liberalismo radical mesclado com ideais socialdemocratas, tendo como inspiração os pensadores da chamada “geração de 1928”, que formulou seu pensamento a partir de uma revisão da ideologia impregnada nas manifestações dos próceres da independência venezuelana.

como o Pacto de Punto Fijo, 1958, junto a setores do COPEI⁴ e da URD⁵, excluindo o Partido Comunista Venezuelano e o empurrando para a clandestinidade e a luta armada nos anos 60, assim como o Programa Mínimo Comum e a Constituição de 1961; (2) a riqueza do Estado, gerada a partir do desenvolvimento dos empreendimentos petrolíferos, contribuindo para a estabilidade econômica do país, capaz de contribuir na mediação dos conflitos, via programas sociais e subsídios à educação privada de matriz religiosa (MAYA, 2006). O pacto democrático foi questionado por quadros jovens da AD, que romperam com o partido e lançaram um processo de guerra de guerrilhas a partir do MIR⁶, junto ao PCV⁷ (boicotaram a eleição de 1963, que acabaram tendo apenas 9% de abstenções, assinalando o total isolamento político destes grupos), bem como por insurreições militares dirigidas por setores da direita. Caldeira (1969-1974) promoveu “política de pacificação”, concedendo anistia e atraindo MIR e PCV para a legalidade (MAYA, 2006).

A crise econômica desbotada nas décadas de 1970 e 1980, agravada no contexto da crise da dívida que assolava o terceiro mundo, acabou por abalar gravemente os alicerces históricos da democracia venezuelana. Sua indústria nacional, extremamente dependente do Estado petroleiro-rentista e concentrada nas mãos do grande capital estrangeiro, foi atingida diretamente pelos desdobramentos dessa crise. A desvalorização do bolívar pelo presidente Luís Herrera Campíns, naquela que ficou conhecida como a “sexta-feira negra” (1983), pode ser apontada como o ponto de inflexão dessa crise, que desembocaria no Caracazo, ou “Sacudón” em 27 de fevereiro de 1989, quando a alta nos preços do transporte coletivo (decorrente da subida nos preços da gasolina) e a promessa de novos ajustes neoliberais pelo presidente Pérez levou as massas pobres dos “cerros” de Caracas e outras cidades e saquearem supermercados e lojas, gerando uma repressão policial responsável por mais de 400 mortes. A ocorrência desse lamentável incidente induziu o ex-presidente Rafael Cadeira a dar a seguinte declaração (ilustrando o rompimento do pacto petroleiro-rentista que sustentou por anos o sistema político venezuelano): “quebrou-se a vitrina da democracia na América Latina” (MAYA, 2006).

⁴ O Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) foi fundado em 1946, classificado como partido de centro-direita e adepto da chamada democracia-cristã.

⁵ A Unión Republicana Democrática (URD) foi fundada em 1945.

⁶ O Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) foi fundado em 1960, enquanto uma cisão da Acción Democrática (AD). O MIR foi formado principalmente por ex-membros da juventude da AD, com fortes contatos no âmbito do movimento estudantil. Influenciado pela Revolução Cubana e isolado da política institucional pelos governos dos anos 60, o MIR acabou aderindo à estratégia da luta armada, conjuntamente ao PCV.

⁷ O Partido Comunista de Venezuela (PCV) foi fundado em 1931. Marxista-leninista, aderiu à Internacional Comunista em 1935, representando sua seção no território venezuelano.

2. O neoliberalismo e a sua variante venezuelana

Para melhor compreendermos o fenômeno que definimos como neoliberalismo, faz-se essencial identificarmos sua origem. O neoliberalismo nasceu enquanto uma reação política e teórica ao estado intervencionista de bem-estar social, implementado na Europa ocidental e na América do Norte logo após a II Guerra Mundial, configurando-se enquanto uma superestrutura ideológica e política do capitalismo moderno (THERBORN, 1995).

Tendo enquanto principais arcabouços teóricos os intelectuais da Sociedade de Mont-Pelerin, fundada por Friedrich Hayek (autor da obra “O caminho da servidão”), as doutrinas neoliberais apontavam o fortalecimento de sindicatos e organizações operárias enquanto elemento crucial para a estagnação do desenvolvimento econômico, considerando suas demandas salariais e de gastos sociais enquanto medidas extremamente danosas para a estabilidade da acumulação de capital. Contrariando as políticas econômicas hegemônicas na época, esta sociedade apresentava a desigualdade como um valor positivo e indispensável para as sociedades ocidentais, afirmando ainda que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

Com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, fruto – dentre outros fatores – dos efeitos da revolução científico-tecnológica (RCT) e da crise do petróleo de 1973, os países capitalistas passaram a ter baixas taxas de desenvolvimento econômico, concomitantes às altas nas taxas de inflação, com uma longa e profunda recessão. A solução para a crise estaria na consolidação de um Estado capaz de desarticular os sindicatos através da criação de exércitos industriais de reserva, ou seja, uma massa de trabalhadores desempregados que contribuiria para desencorajar as organizações operárias em suas reivindicações, temerosas com possíveis demissões diante da escassez de emprego. Da mesma forma, o Estado deveria ser suficientemente forte no controle do dinheiro, tendo a estabilidade monetária enquanto sua meta suprema e condicionando os gastos sociais a ela.

Concordamos com a análise de Martuscelli (2013), que aponta o neoliberalismo como um fenômeno incapaz de ser compreendido meramente pelos posicionamentos doutrinários de seus ideólogos, pois o excesso de ênfase neste quesito resultaria em uma visão voluntarista, ou personalista, do histórico do movimento, ocultando, em grande medida, as resistências imposta a sua implantação. Igualmente, rechaçamos a possibilidade de analisarmos o não neoliberalismo como um movimento linear, tendo em vista as constantes idas e vindas do processo que leva a sua consolidação, afinal mostrou a sua volatilidade adequar-se sob as mais dis-

tintas formas de governo as formas de governos: democráticos e ditatoriais, parlamentaristas e presidencialistas, imperialistas e dependentes.

Como referência para a aplicação das medidas neoliberais, podemos apontar o Consenso de Washington como importante instrumento de difusão do modelo, exportando das economias centrais para a periferia do mundo capitalista, e inclusive de antigos países socialistas, o neoliberalismo enquanto ideologia e suposto modelo de desenvolvimento. O Consenso de Washington foi resultado de uma série de debates e encontros ocorridos na capital estadunidense com amplo apoio de instituições como o FMI, a OMC e o Banco mundial. Teve seus documentos publicados em 1990, elencando uma espécie de “manual do desenvolvimento”, recomendado e respaldado internacionalmente pelos tentáculos imperialistas de Bretton Woods.

Impulsionado pela queda do Muro de Berlim, pela iminência da desintegração soviética e pelo louvor das teses do fim da história (ilustrada pelo famoso artigo de Fukuyama, “O fim da história?”), o Consenso reconhecia a economia enquanto uma ciência objetiva, sendo a fórmula do desenvolvimento uma espécie de receita econômica. Na sua concepção, não existiram sociedades subdesenvolvidas, mas sim sociedades mal administradas. Nesse sentido o Consenso apontou as medidas neoliberais como o caminho para o desenvolvimento das sociedades, impulsionando a prática do livre mercado e as aberturas ao capital estrangeiro enquanto predominantes para o sucesso de toda e qualquer economia. A fabricação do Consenso marca a vitória do neoliberalismo no campo ideológico, tendo em vista a o paralelo desmantelamento dos países socialistas e das políticas de bem-estar, abrindo caminho para um novo ciclo capitalista, marcado pela desregulamentação econômica e pelos avanços do capital especulativo, em detrimento dos setores produtivos.

O ajuste estrutural, preconizado e aplicado pelos neoliberais como uma espécie de “remédio econômico”, divide-se, segundo Toussaint (2002), em duas etapas: uma primeira de “estabilização no curto prazo”, compreendendo a austeridade fiscal, e uma segunda que inclui reformas estruturais. Agências financeiras internacionais, como o FMI, cumprem um papel central na imposição deste receita aos distintos governos, já que condicionam a negociação de créditos e a renegociação de dívidas à efetivação de seus programas. Essas instituições financeiras, após a crise da dívida, passaram a reforçar a limitação dos gastos governamentais, impondo cortes aos programas sociais em detrimento do pagamento da dívida (TOUSSAINT, 2002).

O neoliberalismo, em que pese sua plena hegemonia nos campos político e, principalmente, ideológico, fracassou no que tange a garantir o desenvolvimento econômico. O au-

mento dos lucros da burguesia foi garantido através da contenção sindical e da queda da inflação, porém este não significou um aumento dos investimentos, tendo em vista que a desregulamentação financeira levou a predominância do capital especulativo diante do capital produtivo, levando a um processo de desindustrialização, afetando principalmente as economias de capitalismo dependente. O capital migrou fortemente para o setor financeiro com a compra de títulos das dívidas dos Estados e das bolsas de valores, estabelecendo uma plena hegemonia especulativa. (SADER, 2009).

O fenômeno da globalização, enquanto processo econômico passou a ter o neoliberalismo enquanto sua ideologia oficial (FIGUEIREDO, 2004). A implementação das políticas neoliberais correspondeu às novas necessidades de acumulação de capital por parte da burguesia, conquista total êxito nessa tarefa, mas, como na visão de Emir Sader (2009), sendo incapaz de criar as bases sociais de sua reprodução e legitimação. As dificuldades em consolidar um bloco de classes no poder advinham, em grande parte, da incapacidade em cooptar o contingente majoritário das classes médias, vítimas da informalização e do desemprego (SADER, 2009).

Na América Latina, o neoliberalismo surgiu enquanto filho de uma crise fiscal e de acumulação, tendo como principal representação a de um capitalismo de estado a serviço da acumulação privada nacional e estrangeira (SADER, 1995). Introduzidas a partir das inúmeras ditaduras militares do continente, com destaque para a experiência embrionária de Pinochet no Chile, as políticas neoliberais consolidaram-se nos territórios latino-americanos após a reabertura democrática, com governos como os de Collor e FHC no Brasil, Fujimori no Peru e Carlos Menem na Argentina. Distintamente dos casos do capitalismo central, a mistificação do programa neoliberal foi uma característica típica de sua vertente latino-americana, sendo o cinismo programático o caminho para sua legitimidade na via eleitoral (NETTO, 1995).

No caso da Venezuela, podemos verificar firmemente a reprodução dessa variante latino-americana do neoliberalismo, com o cinismo programático enquanto um componente intrínseco à sua aplicação. Durante muitos anos, a sociedade venezuelana construiu sua identidade paralelamente a um processo de negação da dependência do Estado em relação ao petróleo, com o aumento dos níveis de consumo, a implantação de algumas medidas de bem-estar social sem contrapartida fiscal e consolidação do Pacto do Punto Fijo gerando uma ilusão de que o Estado já seria capaz de fomentar o desenvolvimento sem depender de frequentes oscilações dos investimentos externos e do mercado do petróleo ((MENDES, 2012). Os

primeiros sinais do esgotamento da “Grande Venezuela”⁸ já apareceram com força nos anos 80, levando o presidente Luís Herrera Campíns (COPEI) a protagonizar o “Viernes Negro”, em 18 de fevereiro de 1983, aplicando rigoroso ajuste fiscal em resposta à fuga de capitais e à sua necessidade de ampliar as negociações com as instituições financeiras internacionais.

A crise política, decorrente dessa progressiva corrosão do projeto de “Grande Venezuela”, resultou na criação da “Comisión para la Reforma del Estado” (COPRE), em 1984, reunindo políticos, líderes sindicais, empresários e demais setores da sociedade civil para debater reformas necessárias ao sistema político. Dentre os grupos que protagonizaram as ações do COPRE, estava o conglomerado empresarial “Grupo Roraima”, responsável por propor uma série de modificações com recorte neoliberal (MENDES, 2012).

O programa “El Gran Viraje”, pacote econômico que resultou nas manifestações do Caracazo, foi aplicado por nada mais nada menos do que Carlos Andrés Pérez, eleito em 1988 prometendo reviver os melhores momentos da “Grande Venezuela”, reeditando a imagem de seu antigo governo, dos anos 70. Da mesma forma, Rafael Caldera foi eleito na década de 90 assumindo um discurso de repúdio ao Pacto do Punto Fijo e prometendo não aderir aos ditames do FMI. Não tardou para que Caldera, assolado por uma inflação que batia em 103% (1995), rompesse com seu compromisso eleitoral e recorresse ao FMI, aplicando a famosa “Agenda Venezuela” (idealizada pelo então ministro do planejamento, Teodoro Petkoff, ex-guerrilheiro e dirigente histórico do “Movimiento al Socialismo”), o que garantiu-lhe uma vaga dentre a seleta coleção de presidentes latino-americanos adeptos do cinismo neoliberal.

3. MBR-200: a refundação da república

Fundado entre 1982 e 1983, o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200) surgiu a partir do alinhamento político de militares graduados durante a vigência do plano educativo “Andrés Bello”⁹, colocado em prática nas Forças Armadas a partir de 1971. Inicialmente, desenvolveu atividades voltadas ao estudo da política venezuelana, se restringindo

⁸ O conceito de “Grande Venezuela” surgiu em meio a consolidação do chamado “Pacto de Punto Fijo”, com o revezamento do COPEI e da AD no governo venezuelano se dando paralelamente ao discurso de fomento ao desenvolvimento e superação do “atraso”, tido como o inimigo em comum da nação, a ser superado pela política de “semear o petróleo”. Nas eleições de 1973, Carlos Andrés Pérez, candidato da AD, foi eleito com 48,70% dos votos válidos, apresentado em sua propaganda eleitoral como “el hombre con energía”, capaz de construir a “Grande Venezuela”. Os logros desse período, em especial do governo de Pérez, possibilitaram, temporariamente, a estabilidade econômica, política e até mesmo social do país, com medidas de bem-estar social sendo adotadas sem a presença de contrapartida fiscal, graças a excelente conjuntura internacional para os produtores de petróleo. (MENDES, 2012)

⁹ Plano educativo que visava elevar os institutos de formação de oficiais das Forças Armadas ao patamar de centro de ensino universitário. (MENDES, 2012)

ao interior dos quartéis, momento no qual suas lideranças passaram avaliar os principais dilemas do país (CICERO, 2004). Em seus primórdios, o movimento foi dirigido por Jesús Urdaneta Hernández, Felipe Acosta e Hugo Chávez Frías, tendo como alcunha “Ejército Bolivariano 200”, adicionando posteriormente “Revolucionário”, e adotando “Movimiento” em lugar de “Ejército” somente após o Caracazo, quando foi percebida a necessidade de uma união cívico-militar para colocar em prática o programa do MBR. O “200” fazia referência ao bicentenário do nascimento de Simón Bolívar.

A formação ideológica do MBR foi impregnada pela influência da chamada “árvore das três raízes”, congregando o pensamento de Ezequiel Zamora, Simón Rodríguez e Simón Bolívar. A escolha por estes três personagens como referência não se daria somente pelo programa político idealizado por eles, mas principalmente pelo o que representavam para a história venezuelana, evidenciando o caráter nacionalista do movimento. Sinteticamente, pode-se dizer que o MBR buscou uma aproximação com a tradição dos próceres da independência, porém negando a interpretação da chamada “geração de 1928”¹⁰ sobre essa mesma tradição política.

O fortalecimento do MBR se deu, em grande parte, pela conjuntura excepcional surgida na Venezuela com o esgotamento do Pacto do Punto Fijo, a crise da esquerda tradicional – incapaz de apresentar-se como alternativa à IV República – e pelo contexto histórico de culto a Bolívar na sociedade venezuelana, em especial no seio do exército. Sobre este último aspecto, vale observar que o culto à Bolívar serviu como elemento capaz de fortalecer o exército enquanto instituição atrelando-o à construção da moderna nação venezuelana e extirpando as raízes de disputas entre caudilhos regionais imperantes no século XIX. Além desse atrelamento, o culto também introduziu no exército uma visão de que seria seu dever refundar a república sempre que as forças civis fossem capazes de sustentá-la, ação explicitamente recorrente na história do país (MENDES, 2012).

Faz-se importante, numa tentativa de reconstituir historicamente as raízes do MBR, observar a influência que setores da esquerda comunista exerceram sobre o exército venezuelano, principalmente após o fracasso das guerrilhas nos anos 60, o que proporcionou uma onda de infiltrações das organizações de esquerda na instituição. Da mesma forma, as influências do nacional-desenvolvimentismo de Pérez Jiménez¹¹ e do nacionalismo radical de Hugo

¹⁰ Geração cujo pensamento político, mesclando ideais da socialdemocracia e de um liberalismo radical, inspirou lideranças da Acción Democrática (AD), e, conseqüentemente, os elementos programáticos de seus governos, com destaque para o objetivo de “semear o petróleo”.

¹¹ Dirigente da Unión Patriótica Militar (UPM), movimento que, conjuntamente à AD, orquestrou a derrubada do presidente Medina Angarita, em 19 de outubro de 1945, em evento que ficou conhecido, entre a militância da

Trejo¹² no interior do exército demonstraram um forte poder de ascendência sobre os ideais do MBR. Para além dos exemplos citados, Chávez apontou inspiração em figuras como Velasco Alvarado¹³ e Omar Torrijos¹⁴, com os quais teria tido contato no exterior, caracterizando variantes de governos militares que buscaram empreender reformas de caráter popular, aproximando-se de setores de esquerda.

Segundo o próprio Chávez, a utilização das forças armadas para reprimir o levante popular protagonizado durante o Carazaco foi a chave para o movimento iniciar uma aceleração de sua expansão, passando a buscar maior aproximação com movimentos populares (HARNECKER, 2004). Essa aceleração resultou nas duas tentativas de golpe dirigidas pelo MBR em 1992. Se na primeira tentativa, em fevereiro de 1992, o MBR sofreu uma flagrante derrota militar, pode-se perceber que obteve uma profunda vitória política, com a rendição de Chávez condicionada a um anúncio em rede nacional na televisão, ampliando a visibilidade e inclusive o apoio popular ao movimento (MENDES, 2012). Esse apoio apareceu não somente em pesquisas, como também na mobilização de setores civis conjuntamente ao MBR na segunda tentativa de golpe, também fracassada, em novembro de 1992.

Depois da rebelião do 4 de fevereiro de 92, o Movimento Bolivariano Revolucionário deu um salto, porque até esse dia éramos um movimento militar pequeno clandestino, um grupo de jovens militares principalmente, alguns civis, algumas correntes de esquerda que estavam ali incorporadas. Mas em seguida a essa data aquilo foi uma explosão de sentimentos mais do que tudo. (HARNECKER, 2004, p. 26-27)

AD, como “a Revolução de Outubro”. Em 1947, a junta provisória - instalada pela AD em parceria com a UPM – realizou eleições presidenciais, que elegeram Rómulo Gallegos (AD) como novo presidente. Em novembro de 1948, a UPM, que conjuntamente à igreja e grupos econômicos teria sido isolada pelo governo de Gallegos, dirigiu um golpe militar, com apoio de partidos como o COPEI e a URD. Após uma intempestiva disputa interna na UPM, Pérez Jiménez, histórico dirigente do movimento, assumiu o governo entre 1952 e 1958, empreendendo grandes obras e fazendo ascender o que chamava de “novo ideal nacional”, com fortes conotações nacional-desenvolvimentistas. (MENDES, 2012)

¹² Coronel, adepto do nacionalismo radical, dirigiu levante contra o governo de Pérez Jiménez em 1º de janeiro de 1958, quando acabou derrotado. Novo levante militar, em 23 de janeiro do mesmo ano, derrubaria o presidente, levando a conformação da chamada “Junta Patriótica” e também de uma “Junta Militar”, com essa segunda assumindo provisoriamente o governo e convidando Hugo Trejo, ainda em 1958, a se retirar do país. (MENDES, 2012)

¹³ Juan Velasco Alvarado foi o protagonista do contexto no qual um grupo de oficiais do Exército peruano decidiu executar reformas radicais, entre 1968 e 1979, contra a crise que afetava a país. Assumiu a presidência do comando-conjunto das Forças Armadas após liderar o golpe institucional do Governo Revolucionário das Forças Armadas, em 1968. O golpe fora iniciado com a ocupação das jazidas petrolíferas controladas pela International Petroleum Company, subsidiária da Standard Oil, demarcando o caráter anti-imperialista que viria a ter o novo governo. Após dirigir profundas modificações na estrutura política e econômica peruana, Velasco Alvarado acabou sendo desalojado do poder em 1975, substituído por Francisco Morales Bermúdez, que tratou de desmontar o conjunto de reformas implantadas por Velasco. (BONILLA, 2006)

¹⁴ Omar Torrijos, militar de carreira, teve participação direta no movimento que derrubou o governo de Arnulfo Arias Madrid, em 1968, no Panamá. O governo instalado, denominado por Torrijos como fruto da “revolução panamenha”, assumiu acentuado caráter anti-imperialista, chegando a rejeitar acordos sobre o Canal do Panamá assinados com os EUA em 1967. Promoveu reformas econômicas que levaram à elevação do nível de vida dos panamenhos, além de aproximar-se de governos revolucionários como os de Cuba e dos sandinistas na Nicarágua. Torrijos faleceu em suspeito acidente de avião, em 1981. (HIJO, 2006)

Segundo Cicero (2004) as rebeliões trouxeram três grandes impactos: primeiramente, tornou clara a transformação nas pautas dos movimentos populares; em segundo lugar, resultou na emergência do chavismo; em terceiro, demonstrou a incapacidade dos militares do MBR-200 em tomar o poder do Estado pela via insurrecional, necessitando de uma maior inserção popular, em aliança com setores civis.

Segundo Mendes (2012), “havia uma diferença entre estes episódios e a rebelião civil ocorrida em 1989: a partir de 1992, o MBR-200 e Chávez assumiriam o papel de porta-vozes da oposição, ao ocuparem um espaço ainda vazio”. Os principais setores da esquerda partidária venezuelana, então representados pela “La Causa R” (LCR)¹⁵ e o “Movimiento al Socialismo” (MAS)¹⁶, encontravam-se profundamente ligados a defesa de um sistema político já sem legitimidade, tendo dificuldades em aparecerem como alternativas aos problemas então suscitados pelo movimento popular que tomava as ruas venezuelanas. Diante desse vácuo existente na formulação de um projeto contrário ao falido pacto democrático e ao neoliberalismo, o MBR logrou apresentar à sociedade uma proposta alternativa de governo, que embora refletisse uma visão nostálgica de restaurar o papel do Estado venezuelano também criava, paralelamente, uma distância razoável em relação à agenda neoliberal, permitindo uma polarização programática frente ao bloco dominante. (MENDES, 2012)

Diante do poderoso sentimento de aversão ao sistema político então imperante na sociedade venezuelana, Rafael Caldera, histórica liderança do COPEI, se despreendeu do partido

¹⁵ Cisão do PCV, surgida nos anos 70 e dirigida pelo ex-guerrilheiro Alfredo Maneiro. Inicialmente, orientou seu trabalho em três frentes: o movimento estudantil na Universidad Central de Venezuela (UCV), o movimento sindical na Siderúrgica del Orinoco (SIDOR) e no movimento popular do Bairro Catia, na periferia de Caracas. Com ênfase no trabalho de base, a LCR não logrou grandes resultados eleitorais em seus primeiros anos, e logo ainda nos anos 80 assistiu ao esfacelamento de seu trabalho no movimento estudantil e no movimento popular, fruto de cisões decorrentes da disputa interna sobre os rumos do partido. A excelente inserção da LCR no âmbito da SIDOR (região sul do país) permitiu a ela a vitória eleitoral no Sindicato Único de los Trabajadores de la Indústria Siderúrgica y Similares (SUTISS), possibilitando que o partido se tornasse a vanguarda do chamado “novo sindicalismo” dos anos 80, organizado no entorno do movimento “Sindicalismo Alternativo”, com cerca de 40 sindicatos no ano de 1988. A posterior aproximação com o recém-fundado Sindicato Unitario del Magisterio (SUMA), dirigido por Aristóbulo Istúriz, aproximou a LCR das bases populares de Caracas, fazendo dela a terceira maior força política do país, superando o MAS e tendo apenas os gigantes COPEI e AD a sua frente. (MENDES, 2012)

¹⁶ Assim como a LCR, foi uma cisão do PCV surgida nos anos 70, porém com diferenças substanciais desta. A inspiração nas diretrizes eurocomunistas, com a crítica à luta armada e ao modelo comunista ortodoxo de organização, aliados à superestimação da disputa pela via democrática, deram um caráter singular ao MAS no cenário da esquerda venezuelana. Sua principal frente de atuação foi o movimento estudantil, onde adquiriu hegemonia diante de uma série de fatores: a AD, historicamente hegemônica neste âmbito, havia perdido grande parte de sua juventude para as fileiras do MIR, fundado nos anos 60, em defesa da luta armada; durante a ocupação militar da UCV, em 1971, setores majoritários da esquerda optaram por fazer um massivo boicote às eleições estudantis, orientação não seguida pelo MAS, que a partir desse posicionamento passou a hegemonizar o debate da esquerda no interior da UCV. Seu principal dirigente, Teodoro Petkoff, fora guerrilheiro nos anos 60. Outra curiosidade do MAS foi a sua opção por adentrar e disputar a CTV, central sindical historicamente dirigida pela AD (MENDES, 2012).

tradicional e lançou-se candidato por uma coalização que se apresentou com um discurso contrário a manutenção da agenda neoliberal, prometendo rompimento com o FMI e inclusive a libertação dos prisioneiros políticos do MBR. Eleito em 1993, com 30,46% dos votos válidos (em uma eleição na qual a abstenção atingiu 39,84% dos votantes), Caldera honrou parte de seus compromissos ao libertar as lideranças do MBR em março de 1994, mas foi incapaz de driblar a tentação de aderir ao cinismo neoliberal, cedendo frente ao FMI e implantando a Agenda Venezuela, de flagrante recorte neoliberal.

Paralelamente à continuidade da égide neoliberal na cúpula governamental, o MBR buscou estreitar seus laços com o movimento popular, com suas lideranças percorrendo o país a favor de um movimento abstencionista para as eleições regionais de 1995. Apesar do fenômeno abstencionista caminhar de forma independente às vontades do MBR, a tática de promover a abstenção a partir de seus quadros foi importante no que tange à almejada aproximação e assimilação de elementos então dispersos numa agenda antipolítica. A formação dos chamados Círculos Bolivarianos¹⁷ fortaleceu a inserção do MBR nas bases da sociedade, dando ao movimento um estigma de organização pela base, apesar da existência de uma restrita cúpula dirigente.

O MVR é um partido que nasce em uma conjuntura tática bem determinada: as eleições para a Assembleia Constituinte em 1999 e participa do resto dos processos eleitorais de 2000. Da mesma forma, foi formado no calor de um processo, não se forjou na luta clandestina. Como nasceu em meio a uma avalanche (de apoio a Chávez), aí se montou muita gente interessada, ambiciosa, camaleões, etc. Sabíamos que isso podia acontecer, foi parte do risco assumido com consciência. (HARNECKER, 2004, p. 114).

Em 19 de abril de 1997, a Assembleia Nacional, proveniente da junção dos Círculos Bolivarianos, aprovou a decisão de participação eleitoral do MBR, demonstrando que a política abstencionista fora uma tática do movimento, e não um princípio (MENDES, 2012). Para a disputa eleitoral, o MBR entendeu a necessidade de formar um novo aparelho político, voltando exclusivamente para as eleições e que não visasse substituir o MBR-200. Esse aparelho recebeu o nome de Movimento V República (MVR). Soma-se aos motivos de construção do MVR o fato da proibição de utilização da sigla MBR-200 no ambiente eleitoral, devido a alusão que este fazia aos símbolos pátrios. (HANECKER, 2004). Já esboçando um programa político, documentos como a Agenda Alternativa Bolivariana (AAB), divulgada em julho de 1996, e o Plano de Governo, apresentado em 1998, demonstravam uma forte preocupação com fenômenos que cresciam no país, como a pobreza e a desnacionalização. Como alternati-

¹⁷ Organizações de base criadas para difundir os ideais da Revolução Bolivariana, através de mecanismo de cooperação coletiva, capazes de fortalecer o avanço das mudanças sociais propostas pelos setores chavistas.

va aos programas erigidos pelos governos nos últimos anos, o MBR apontava a interferência na PDVSA¹⁸, revertendo a abertura petroleira, e a refundação da república, a partir de uma Assembleia Constituinte, como pilares de uma nova era.

As prévias das eleições de 1998 sintetizaram o panorama que imperava no país, com a polarização política gradualmente tomando conta das pesquisas e das estratégias dos principais partidos venezuelanos. O MVR buscou conformar uma ampla aliança com setores avessos à agenda neoliberal, formando uma frente com partidos como o Pátria Para Todos (PPT)¹⁹ - de Aristóbulo Istúriz e Alí Rodríguez -, o MAS²⁰, o MEP e o Partido Comunista Venezuelano (PCV), bem como outras forças políticas. Essa aliança apresentou-se como “Polo Patriótico” (PP). Os partidos tradicionais, AD e COPEI, viram na crise de Caldera, que não lançou candidato para sua sucessão, uma oportunidade de recuperarem sua hegemonia, com o primeiro lançando Luis Alfaro Ucero para o pleito, enquanto o COPEI decidiu-se pelo apoio à ex-miss universo, Irena Sáez. Como principal adversário eleitoral de Chávez, Henrique Salas Romer, governador de Carabobo e membro do recém-fundado Proyecto Venezuela (PRVZL), apresentou um discurso de oposição ao status quo, porém com maior aproximação de setores empresariais, com um discurso pró-descentralização e adepto da política pró-mercado da direção da PDVSA.

O fortalecimento eleitoral de Chávez, indicado nas pesquisas, alimentou rumores da possibilidade de um golpe militar no caso de um triunfo do Polo Patriótico, acentuados após lideranças militares negarem reuniões com o MBR e o General Rúben Rojas Pérez, genro do presidente Caldera, afirmar que as Forças Armadas seriam contra a gestão de um presidente golpista, fazendo alusão aos movimentos dirigidos por Hugo Chávez em 1992. Esse fortalecimento eleitoral do chavismo também foi refletido nas mudanças de estratégias da AD e do COPEI, que passaram a enfrentar fortes debates internos no que tange ao abandono de suas candidaturas e declaração de apoio à Henrique Salas Romer, considerado o único candidato capaz de derrotar Chávez. Superadas as disputas internas, tanto a direção da AD quanto do

¹⁸ Empresa estatal “Petróleos de Venezuela”, fundada em 1976, durante o governo de Carlos Andrés Pérez (AD).

¹⁹ Cisão da LCR, surgido em 1997, surgiu após a decisão de Andrés Velásquez, dirigente da LCR, decidir, junto a outras lideranças, pela expulsão de alguns dirigentes então tidos como radicais, como forma da LCR adotar uma postura mais moderada no cenário político. Apresentava o nacionalismo, a repulsa ao neoliberalismo e o apoio à criação de uma Assembleia Constituinte como algumas de suas principais ideias, o que gerou seu alinhamento ao MVR. (MENDES, 2012)

²⁰ A “direção histórica” do MAS, que incluía ex-guerrilheiros como Teodoro Petkoff e Pompeyo Márquez, rechaçava a possibilidade de apoiar Chávez. Em 1998, a direção do MAS se definiu pelo apoio ao MVR, gerando o afastamento das antigas lideranças, que se tornariam expoentes da futura oposição ao governo chavista. O MAS seria fundamental na vitória de Chávez, como segundo força mais votada da coligação, com 9% dos votos válidos, ficando atrás apenas do MVR. (MENDES, 2012)

COPEI declararam apoio a Salas, formando o “Polo Democrático”, numa explícita tentativa de opor-se ao robustecimento do Polo Patriótico. (MENDES, 2012)

Apesar das manobras dos partidos tradicionais e de um forte apelo midiático contrário à Chávez, este acabou vencendo as eleições, com 56,20% dos votos, superando Henrique Salas Romer, que atingiu o percentual de 39,97%. A partir dessa vitória, as polêmicas e as disputas de projeto político do país não se dariam apenas no progressivo embate entre chavistas e antichavistas, como também no interior da frente política dirigida por Chávez, que passa a estruturar suas principais vertentes, sintetizadas logo abaixo:

A vertente militar e da “velha esquerda”: integrada essencialmente pelos militantes originários do MBR-200 que, após tomarem a decisão de constituir o partido político, absorveram em suas fileiras os principais líderes revolucionários da década de 1960. (DENIS, 2001, APUD CICERO, 2004, p. 79)

A “**corriente histórico-social**”: Grupo formado por militantes e ativistas sociais – muitos dos quais envolvidos no massacre de Yumare – cujas tendências ideológicas abarcam o marxismo (influenciados pelo guevarismo, mariateguismo e pelo autonomismo europeu de Gramsci e Lukács), o bolivarianismo revolucionário (centrados no pensamento nacional-popular-revolucionário de Bolívar e Martí), o cristianismo libertador (inspirados na obra de Gustavo Gutiérrez e Frei Beto e em suas idéias relativas às comunidades eclesiais de base), além dos movimentos de resistência negra e indígena. Reivindicam como mote de atuação política a consigna “a organizar a desobediência popular”, ou seja, pautam-se no apego e no incentivo às lutas sociais (DENIS, 2001, APUD CICERO, 2004, p. 81).

Analisando a vitória eleitoral de Chávez, Mendes (2012) conclui:

“O contexto da vitória de Chávez parece muito mais influenciado pela desconstrução daquilo que se passou a chamar de IV República do que pelo crescimento de um grande movimento de massas com uma nítida estratégia de transformação social.” (MENDES, 2012, p.226)

4. Os governos chavistas e o *enfrentamento prolongado* ao neoliberalismo

Estudos recentes buscam caracterizar o governo Chávez com um variado leque de rótulos, dentre os quais podemos citar “populista”, “bonapartista”, “nacionalista”, “socialista do século XXI”, dentre outros tantos, conformando um rico debate conceitual, cujo qual não pretendemos abordar na sequência deste trabalho, já que extrapolaria nossa proposta inicial. Nesse sentido, consolidada a vitória eleitoral do MVR e a ascensão de Chávez à presidência venezuelana, verificaremos, a partir das primeiras medidas do governo e os poderosos embates com a oposição entre 2001 e 2004, quais os principais eixos que conformam o *enfrentamento prolongado* do chavismo à agenda neoliberal e quais foram os *reflexos políticos* das reformas implantadas pelo governo.

As primeiras medidas de Chávez a frente do governo já demonstraram sua plena disposição de romper com alguns dos paradigmas que há anos encontravam-se imobilizados na cena política venezuelana. Logo no discurso de sua posse, em fevereiro de 1999, o presidente tratou de decretar a convocação de um referendo para o dia 25 de abril, visando aprovar a realização de uma Assembleia Constituinte. Aprovado o referendo em abril, a escolha dos representantes populares se deu no dia 25 de julho, com o Polo Patriótico conquistando 119 das 131 cadeiras disponíveis. A nova constituição, que modificou o nome do país para “República Bolivariana da Venezuela”, foi aprovada em referendo no dia 15 de dezembro de 1999, com 71% dos votos favoráveis à iniciativa.

Dentre as principais modificações provenientes da nova constituição, podemos apontar a criação do “Poder Cidadão”, a ampliação do mandato presidencial para seis anos, a aprovação da “Lei Habilitante” – permitindo uma capacidade extraordinária para o presidente tomar decisões e acelerar as reformas -, a unificação do Legislativo em apenas uma câmara e o fim do financiamento público de campanha. Também através da Assembleia Constituinte, foi encaminhada a realização de eleições gerais para julho de 2000, nas quais Chávez (59,76% dos votos) derrotou o ex-dirigente do MBR, Felipe Acosta Cárdenas (37,52%), convertido em membro da oposição. O processo eleitoral demonstrou uma firme tentativa do MVR em tentar hegemonizar as localidades regionais, em detrimento inclusive do protagonismo de seus aliados, o que levou a descontentamentos do MAS e do PPT, com este segundo retirando apoio à candidatura presidencial de Chávez.

Ao final de 2001, Chávez valeu-se dos poderes especiais conferidos a ele pela Assembleia, utilizando-os para decretar a aprovação de um pacote legislativo, com 49 leis, dentre as quais a Lei dos Hidrocarbonetos, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário e a Lei de Pesca geraram fortes atritos com a oposição, que passou a condicionar o diálogo com o governo à revogação do pacote. A partir dessa medida, a oposição radicalizou suas ações, adotando uma estratégia golpista. Em 10 de dezembro de 2001, a Fedecamaras²¹, dirigida por Pedro Carmo- na Estanga – principal porta-voz da oposição -, convocou uma paralisação empresarial, evidenciando a estratégia de desestabilização do governo chavista por parte dos setores oposicionistas. Chávez respondeu à radicalização afastando a direção da PDVSA e nomeando nomes de sua confiança para esta função, gerando a ira dos setores oposicionistas, que organizaram greve na PDVSA com apoio da Fedecamaras e da CTV.

²¹ Entidade patronal, fundada em 1944.

No dia 9 de abril de 2000, a CTV decretou paralisação em apoio aos funcionários da PDVSA, chegando a declarar greve geral dois dias depois, no dia 11 de abril, quando a marcha da oposição pelas ruas de Caracas acabou resultando em um golpe de estado²². Durante cerca de dois dias, Chávez foi afastado da presidência e Pedro Carmona Estanga assumiu a direção do executivo, revogando as 49 leis e dissolvendo a Assembleia Nacional e a Suprema Corte. Uma inesperada reação popular, dirigida por setores chavistas, e a cumplicidade de militares leais à Chávez acabou corroborando com o retorno deste à presidência, derrotando o golpe.

Mesmo derrotada em um primeiro momento, a estratégia golpista não cessou. Em agosto de 2002 militares rebeldes ocuparam praça uma em Caracas declarando esta como um “território liberado”. Em novembro, a Polícia Metropolitana de Caracas, dirigida pela oposição, chegou a trocar tiros com a Guarda Nacional, leal à Chávez. O chamado “paro-sabotaje petrolero”, iniciado no dia 2 de dezembro de 2002, com a paralisação de trabalhadores da PDVSA, constituiu um ponto de inflexão no enfrentamento, com o então presidente da PDVSA, Alí Rodríguez, convocando o povo a cercar a PDVSA e forçar a manutenção de sua atividade. A vitória do governo, com apoio popular e das Forças Armadas, resultou na demissão de 18.000 empregados da PDVSA, pela alegação de abandono de emprego, bem como na retomada da PDVSA pelo Estado e aprofundamento da política de reversão da abertura petrolífera.

Setores empresariais organizados na oposição acabaram por sentir fortemente os efeitos econômicos das sabotagens aplicadas pelas suas ações contra o governo, gerando certo descontentamento com o fracasso da via insurrecional e direcionando a Coordinadora Democrática (CD), centro no qual se organizava a oposição, à adoção da estratégia de recolhimento de assinaturas para acionar o dispositivo revogatório, constante como direito da oposição na Constituição. Distintamente da Coordinadora Democrática, o Bloque Democrático (BD) man-

²² No 11 de abril, a oposição realizou grande marcha, chegando aos arredores da PDVSA às 12h e dirigindo-se ao Palácio de Miraflores, sede do governo venezuelano. Concomitantemente, o MVR convocou simpatizantes do governo para impedir a chegada da oposição ao Palácio. Próximo às 14h, multidões chavistas foram atacadas por atiradores no terraço do Hotel Éden. Meios de comunicação bloquearam comunicado de Chávez às 15h45, mostrando conjuntamente os acontecimentos no centro de Caracas, indicando os chavistas como responsáveis pelos incidentes (19 mortos e mais de 200 feridos). O golpe se consumou depois das 19h30m, com o chefe do Exército, Efraín Vásquez Velasco, comunicando que não acataria ordens presidenciais (grupo de militares dirigido por Héctor Ramírez Pérez reunia-se em Nova York e Washington desde o 11 de setembro de 2001, descontente com a política externa chavista). Ambos os grupos militares emitiram comunicados na televisão, forçando a rendição de Chávez às 2h do dia 12, após ameaças de bombardeio à Miraflores. Às 4h15 do dia 12, Pedro Carmona Estanga anunciou que assumiria a presidência. Uma insurreição civil e militar reconduziu Chávez ao poder 48 horas depois. (MAYA, 2006)

teve a estratégia golpista (MENDES, 2012). Em junho de 2004 foi anunciada a realização do referendo, que aconteceria em 15 de agosto, quando o “Não” (pró-Chávez) foi vitorioso com 59,1% dos votos.

A turbulência política que tomou a conjuntura venezuelana entre os anos de 2001 e 2004, apaziguada pela derrota parcial da oposição, demonstrou uma forte capacidade do governo em mobilizar a sua base social de apoio. Chávez, assolado pela pressão de setores empresariais, da oposição parlamentar e do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, procurou estreitar ainda mais seus laços com o movimento popular e as parcelas da população com maior vulnerabilidade social, enxergando-as como a principal base de sustentação da chamada “Revolução Bolivariana”, até então centrada principalmente na reformulação do aparelho político estatal, ampliando mecanismos de participação direta da população, e na oposição ao neoliberalismo, erigida através da reversão da abertura petroleira. A ampliação de programas sociais passou a ser a tônica do governo, com as chamadas “Misiones” tomando protagonismo, ao impulsionar o surgimento de cooperativas, supermercados com subsídios estatais, programas de alfabetização, construção de escolas e universidades públicas, além do programa “barrio adentro”, que provia assistência médica no interior dos bairros carentes.

A citada reversão da política de abertura petroleira, cumprindo o programa estipulado pelo MBR, gerou forte tensão nas relações entre Venezuela e Estados Unidos. Um exemplo de mudança conflitante com o imperialismo foi o rompimento com a empresa SAIC-Intensa, controladora de dados estatísticos e tecnológicos da PSDVSA. Os trabalhadores passaram a ser contratados diretamente pelo Estado. Outra ruptura com empresas estadunidenses no campo petroleiro foi com a Exterran, responsável pela área de transporte do petróleo. Nesse segundo caso, o governo venezuelano tomou o controle dos principais portos, além de assinar um contrato com o Irã para a criação de uma empresa marítima no transporte de petróleo (CICERO, 2004).

O Secretário de Estado do governo Bush, Colin Powell, chegou a declarar publicamente o seu descontentamento referente à aproximação de Chávez com o governo cubano e iraniano, enquanto relatórios da CIA indicaram preocupação dos EUA com o futuro daquele que era o seu terceiro maior fornecedor de petróleo. Além dessas observações, o governo e a mídia estadunidense buscavam incessantemente vincular a imagem do governo chavista com a atividade guerrilheira das FARC, na Colômbia, e o narcotráfico (MENDES, 2012).

As mudanças na Venezuela chavista ficam evidentes ao observarmos a constituição de 1999, com contundentes afirmações sobre o novo caráter da política petroleira, em oposição à abertura preconizada pelos ditames neoliberais:

Artículo 302. El Estado se reserva, mediante la ley orgánica respectiva, y por razones de conveniencia nacional, la actividad petrolera y otras industrias, explotaciones, servicios y bienes de interés público y de carácter estratégico. El Estado promoverá la manufactura nacional de materias primas provenientes de la explotación de los recursos naturales no renovables, con el fin de asimilar, crear e innovar tecnologías, generar empleo y crecimiento económico, y crear riqueza y bienestar para el pueblo. Artículo 303. Por razones de soberanía económica, política y de estrategia nacional, el Estado conservará la totalidad de las acciones de Petróleos de Venezuela, S.A., o del ente creado para el manejo de la industria petrolera, exceptuando las de las filiales, asociaciones estratégicas, empresas y cualquier otra que se haya constituido o se constituya como consecuencia del desarrollo de negocios de Petróleos de Venezuela, S.A. (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999)

Segundo Guerrero (2013), a turbulência política que polarizou internamente o país ocorreu graças à própria ação das classes dominantes, que teriam rompido relações com um governo que não pretendia um isolamento perante elas:

“En la Venezuela bolivariana se produjo un fenómeno que guarda similitudes con algunos procesos políticos, en el que las clases dominantes decidieron romper con el Gobierno, a pesar de que este estaba dispuesto a cogobernar con ellas. Fue el caso del Gobierno independiente de Ben Bella en la Argelia liberada de Francia. (...) Esas relaciones explotaron en abril de 2002. (...) El desplazamiento político y de partidos ocurrido en 1999, cuando el chavismo ascendió al poder, fue seguido de un desplazamiento de otra naturaleza: se apartaron del poder. Sus propias acciones los llevaron a sus alrededores. Desde allí, medran del Estado mediante contratos y negocios, legales, o turbios, con algunos de sus funcionarios. La diferencia de categoría es que no controlan el Gobierno.” (GUERRERO, 2013, p.56)

A análise de Guerrero (2013) corrobora com a tese de que os eventos ocorridos entre 2001-2004 colaboraram, substancialmente, para uma posterior radicalização do discurso e da ação dos governos chavistas, também impregnados com uma visão polarizada do conflito social venezuelano:

“Desde que decidió ser socialista, en febrero de 2005, en Foro Mundial de Brasil, el líder bolivariano ha dicho tantas veces como ha podido que no gobernará con los capitalistas. En la campaña electoral de 2006 lo declaró 57 veces contra el candidato opositor, Manuel Rosales, según el registro periodístico de Aporrea.org, Noticiero21 y la página web de Consecomercio. En 2008, sin campaña electoral y con la derrota del Referéndum a cuestras, se pronunció por la misma idea en 98 oportunidades. En 2009, aparecen 121 afirmaciones iguales, y 101 en 2010, hasta octubre, cuando fueron las reñidas elecciones parlamentarias. En 2011, mencionó la misma idea en 144 oportunidades, según registros del Correo del Orinoco y Aporrea.” (GUERRERO, 2013, p.61)

Após o término da ofensiva da oposição, em 2004, percebem-se uma série de indicações que apontam para o aprofundamento do rompimento de Chávez com as parcelas do poder dominante, visivelmente aparentes na divulgação do “Primer Plan Socialista 2007-2013” (PPS), imerso no Proyecto Nacional Simón Bolívar, o qual indica a inflexão de Chávez em direção ao projeto com a alcunha de “Socialismo do Século XXI”. Paralelamente a esta ten-

dência de radicalização e constante polarização da cena política venezuelana, o surgimento da chamada “boliburguesía”, formada por militares e empresários vinculados ao governo chavista, indica o surgimento de uma nova tendência, com a possibilidade de ampliação do arco de alianças chavistas e a opção por um enfrentamento prolongado frente ao neoliberalismo, como parecia ser o plano de Chávez até o rompimento orquestrado pelas próprias classes dominantes locais.

Se por um lado a “boliburguesía” e suas relações com o governo aparecem, aos olhos dos setores mais radicais da coalização chavista, como uma “trava” ao processo de transformações sociais, por outro ela também dá substrato para a perspectiva do enfrentamento prolongado ao neoliberalismo, tendo em vista que, progressivamente, poderia suprir algumas das defasagens estruturais da economia venezuelana, historicamente dependente dos ganhos petrolíferos (que aparecem na sociedade sob a forma de investimentos estatais, acentuados graças à reversão da abertura petrolífera) e de recursos externos (que condicionam sua entrada ao “bom comportamento” do governo frente às agências financeiras internacionais).

As mobilizações de amplas massas provenientes dos bairros de periferia das grandes cidades em apoio à Chávez, como no caso dos “cerros” de Caracas, aludem a um conflito que se desenha, em sua aparência, como um enfrentamento entre as elites e as massas populares desfavorecidas, o que leva diversos grupos políticos da frente chavista a exigirem um esse incessante processo de radicalização, consistindo em sucessivas expropriações e reformas socializantes por parte do governo. Apesar dessa polarização interna ser facilmente perceptível, faz-se importante apontar que os conflitos existentes na sociedade venezuelana, e suas possíveis resoluções, passam por muito mais do que os resultados de uma mera contraposição entre os estratos mais e menos abastados da sociedade venezuelana. O desenvolvimento do parque industrial do país e o afastamento da dependência em relação ao petróleo passarão por complexas mediações que envolvem agências financeiras internacionais, a iniciativa privada e a capacidade de mobilização da base social do governo, estando o projeto de superação das mazelas sociais diretamente ligado à capacidade do chavismo de exercer sua hegemonia diante de uma ampla frente política, marcada pela heterogeneidade e constante disputa de seus rumos.

Questionado sobre a suposta “falta de radicalização”, apontada como fruto da segunda tendência existente na Revolução Bolivariana (que acabamos de descrever), Chávez manifestou o seguinte:

Se nós houvéssimos deixado de pagar a dívida economizando esses recursos para destiná-los a investimentos sociais e econômicos, o mais seguro, Marta, é que ne-

nhum desses projetos tivessem vida, porque seguramente qualquer empresa petroleira, gasífera, mineira, madeireira ou o que for, vai a um banco pedir empréstimos e quando lhe perguntam: “para investi—lo onde?”, começam os computadores a procurar dados. “Ah, não, mas a Venezuela não paga a dívida! Como vou emprestar para ti para investir em um país que não paga a dívida?” O mais seguro é que esses projetos estariam todos congelados. O que devemos nos perguntar é como enfrentar esta situação a partir desta modesta posição, em um mundo como o atual, com variáveis tão pesadas como o financiamento internacional (HARNECKER, 2004, p. 81).

5. Conclusão

O chavismo ascendeu ao governo venezuelano num contexto de total ruptura da ordem que sustentou durante décadas o chamado “Pacto de Punto Fijo”. Podemos afirmar que essa ruptura do Pacto foi causada, em grande medida, pelos efeitos devastadores das medidas neoliberais adotadas a partir dos anos 80, com reflexos importantes sobre o nível de vida da população venezuelana, principalmente sobre os setores de maior vulnerabilidade social. A inexistência de uma força política capaz de captar o sentimento popular generalizado de repúdio à ordem vigente – sentimento perceptível nas manifestações populares, como o “Sacudón”, e no crescimento do abstencionismo eleitoral –, permitiu ao MBR-200, que há muito planejava a tomada do poder pela via insurrecional, modificar sua estratégia, conformando a tão buscada união cívico-militar que lhe permitiria uma vitória eleitoral e posterior “refundação da república” venezuelana.

Sob a perspectiva das massas desorganizadas que bradavam contra o status quo, os tradicionais partidos e instituições venezuelanas pareciam mesclar-se com um projeto não mais capaz de elevar os níveis de vida da população, com os programas neoliberais e o Pacto de Punto Fijo aparecendo, naquela altura, como duas faces da mesma moeda. Chegando ao governo, Chávez valeu-se do apoio popular para respaldar a dita “refundação”, ocorrida através do processo constituinte de 1999. Mais do que uma medida de mero caráter ideológico, o processo de “refundação da república” foi indispensável para o posterior embate de Chávez com as forças neoliberais e antinacionais (quando do avanço contra a abertura petroleira), fornecendo ao governo não apenas o devido apoio popular às medidas, mas também mecanismos político-institucionais que permitiram ao governo implantar as reformas, acionando esse apoio nos momentos de “medição de força” com as forças oposicionistas.

Resumidamente, podemos apontar que o elemento central da estratégia do governo chavista, no momento de sua ascensão à presidência, passava diretamente por uma política de *enfrentamento prolongado ao neoliberalismo*, estando a Assembleia Constituinte diretamente ligada a esta estratégia, fornecendo os alicerces necessários para o enfrentamento que se desdobrou entre 2001-2004, permitindo a continuidade do processo de transformações sociais.

Se num primeiro momento o governo buscou dialogar com setores tradicionais das elites venezuelanas, a escalada golpista destes, dirigida pela Fedecamaras, azedou suas relações com Chávez, que, respaldado por setores populares, passou a ampliar as reformas contra o neoliberalismo a partir de uma coalizão mais estreita, porém com acentuado poder de mobilização de suas bases sociais.

Por fim, os possíveis elementos de radicalização do chavismo, exemplificados na criação do PSUV e na adoção de perspectiva socialista à tônica dos programas dos governamentais, e aqueles que representam seus limites, como a os efeitos da crise econômica internacional sobre uma economia profundamente dependente do mercado do petróleo e de investimentos internacionais, constituem variáveis que aumentam a complexidade na análise dos rumos venezuelanos. A ascensão da boliburguesía e a possibilidade de ampliação do arco de alianças chavistas, bem como de seu possível estreitamento e tentativa radicalizar o processo, são elementos que conformarão o cerne da questão nacional venezuelana. A observação desses fenômenos deve, inquestionavelmente, passar por uma cuidadosa análise, que insira os acontecimentos venezuelanos no interior de uma conjuntura internacional de *refluxo na capacidade dos movimentos populares e governos proporem reformas socializantes e de enfrentamento prolongado de setores nacionalistas e populares ao neoliberalismo*.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

BONILLA, Heraclio. “Juan Velasco Alvarado”. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) **Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BORON, Atílio. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo: Expressão Popular, 2010

BRADING, D.A. “A Espanha dos Bourbons e seu império americano”. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **Revolução bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías**. Dissertação (mestrado). Unicamp, Campinas, 2010

DENNIS, Roland. **Los fabricantes de la rebelión: Movimiento popular, Chavismo y Sociedad en los Años noventa**. Caracas: Editorial Primera Línea, 2001.

DOMÍNGUEZ, Freddy; FRANCESCHI, Napoleón. *Historia General de Venezuela*. Caracas: 2010. Disponível em: <<https://ftsamuelrobinson.files.wordpress.com/2013/10/historia-de-venezuela.pdf>>.

FERREIRA, Carla. **A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS, 2012.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. “Globalização, neoliberalismo e a estratégia do poder: os jogos não estão feitos”. In: DOS SANTOS, Theotonio (coord.) **Globalização: dimensões e alternativas**. São Paulo; Edições Loyola, 2004.

GUERRERO, Modesto Emilio. **Chavismo sin Chávez: la lucha por el poder en tiempos de la transición**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones B Argentina S.A., 2013.

HARNECKER, Marta. **Hugo Chávez Frías, um homem, um povo** (entrevista). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HIJO, Marco Gandásegui. “Omar Torrijos”. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) **Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 334 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Unicamp, Campinas, nov, 2013.

MAYA, Margarita López. “Venezuela”. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coord.) **Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MENDES, Flávio da Silva. **Hugo Chávez em seu labirinto: O Movimento Bolivariano e a política na Venezuela**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

MIRANDA, José Alberto Antunes de. **A política externa da Venezuela no governo Hugo Chávez Frías: Atores civis e militares**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución 1999. Disponível em: <<http://www.mp.gob.ve/LEYES/constitucion/constitucion1.html>>.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida.** A dívida externa do Terceiro Mundo. As finanças contra os povos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina: do descobrimento a 1900.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.